

União assina acordo com dez estados para rolar US\$ 10,4 bilhões em 20 anos

por Claudia Safatle
de Brasília

Está marcada para esta terça-feira a assinatura de termos de compromisso entre dez estados da federação e a União, envolvendo a rolagem de dívidas contratuais de cerca de US\$ 10,4 bilhões. Esses débitos serão refinanciados por um prazo de 20 anos, taxa média de juros (resultante da média ponderada calculada com base nos saldos devedores de cada estado sobre uma taxa de juros), e correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) ou índices específicos de atualização dos passivos usados pelas instituições credoras dessas dívidas, como Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Ministério da Fazenda conta com a possibilidade de encerrar pelo menos com dez governos nesta terça-feira um longo processo de negociação, que começou em 1991 (quando foi produzida uma lei que perdeu validade sem que um estado tivesse assinado contrato de rolagem). São eles: os estados de São Paulo, Minas Gerais, Pará, Amazonas, Piauí, Pernambuco, Maranhão, Ceará, Bahia e Mato Grosso do Sul. Juntos, esses estados detêm cerca de US\$ 10,4 bilhões de dívidas contratuais junto a instituições federais, ou seja, praticamente a metade do estoque total de dívidas contratuais de todos os estados da federação, calculado em US\$ 20,67 bilhões.

As dívidas mobiliárias dos estados ficam fora dessa rolagem, e serão negociadas com o Banco Central, aprovadas posteriormente pelo Senado Federal, num prazo máximo de 90 dias após a aprovação do projeto de lei substitutivo do deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), que re-

Posições de Rio e São Paulo

por Gilberto Pauletti
do Rio

O subsecretário da Fazenda do Estado do Rio, Mário Tinoco, acompanhado de três técnicos, desembarca nesta segunda-feira, em Brasília, para acertar com funcionários do Ministério da Fazenda os detalhes sobre o documento que definirá os termos da rolagem da dívida desse estado com a União.

"Para nós, será uma boa solução", garante o secretário de Economia e Finanças, Cibilib Viana, "pois vamos reduzir a média de nossa receita líquida, reservada para pagar a dívida. Até agora, ela tem sido de 20%. A proposta do governo federal é de 11%". Esta cômoda situa-

ção, se refere, evidentemente, apenas à dívida contratual e do Tesouro do Estado do Rio — US\$ 1,2 bilhão — e não inclui a dívida das estatais cariocas, cujo total está sendo "somado" até a viagem desta segunda. O outro US\$ 1,9 bilhão compõe a dívida mobiliária.

FLEURY

O governador Luiz Antônio Fleury Filho confirmou que vai assinar o contrato relativo à rolagem da dívida de São Paulo com a União. A informação é do governador, para quem o acordo pertinente ao débito paulista é um exemplo de que a equipe econômica do governo federal está realizando o plano a que se propôs, segundo divulgou a Agência Brasil.

gulamenta toda a rolagem das dívidas estaduais e municipais com a União.

No ato da assinatura dos termos de compromisso, os estados deverão pagar à União um valor equivalente a 1/240 (um duzentos e quarenta avos) do saldo devedor.

Isso representa, para as instituições credoras (principalmente Caixa Econômica Federal e BNDES, embora existam alguns débitos menores com Banco do Brasil, BSA e BNB), cerca de US\$ 25 milhões, no total, mas significa o restabelecimento de fluxos de pagamento que estão interrompidos desde meados do ano passado.

As dívidas contratuais, calculadas em US\$ 20,67 bilhões, representam o universo dos saldos devedores abarcados pela rolagem que será iniciada nesta terça-feira, com os dez estados já citados. Os débitos totais dos estados atingem US\$ 53,6 bilhões, sendo US\$

13,16 bilhões de dívida mobiliária; US\$ 10,7 bilhões de dívida externa e mais US\$ 9 bilhões de dívidas já refinanciadas (nos termos da Lei nº 7.976, relativa a dívidas refinanciadas, que representam uma reestruturação, por vinte anos, de débitos externos que os estados não pagaram e que a União, como avalista, honrou). Esse refinanciamento foi feito há cerca de quatro anos.

O Tesouro Nacional assumirá todos os créditos das instituições federais junto aos estados, refinancia os estados por vinte anos, e paga as instituições (CEF, BNDES e demais) dentro dessas mesmas condições da rolagem.

Do encontro de contas entre União e estados, segundo fontes do Ministério da Fazenda, a União reconheceu como dívidas apenas as CRC (contas de resultados a compensar). Os estados que ainda possuem CRC de suas empresas de energia elétrica poderão compen-

sar esse crédito do saldo devedor da dívida.

Pelos dados do Tesouro Nacional, os débitos dos estados que devem assinar os termos de compromisso nesta terça-feira são:

- São Paulo — dívida contratual de US\$ 4,18 bilhões, US\$ 5,3 bilhões de dívida mobiliária, tem US\$ 1,5 bilhão de débitos já refinanciados e US\$ 4 bilhões de dívida externa, perfazendo um total de US\$ 15 bilhões;

- Minas Gerais — dívida contratual de US\$ 1,63 bilhão, US\$ 695,4 bilhões de dívida refinanciada, US\$ 2,73 bilhões de dívida mobiliária e US\$ 1,24 bilhão de débitos externos, totalizando US\$ 6,3 bilhões;

- Bahia — US\$ 1,32 bilhão de dívida contratual, US\$ 394,3 bilhões de dívida refinanciada (MF-longo), US\$ 230 milhões de dívida mobiliária e US\$ 744,5 milhões de dívida externa. Total da dívida, US\$ 2,68 bilhões;

- Pernambuco — esse estado deve US\$ 741,5 milhões (contratual), tem US\$ 195,5 milhões de dívidas refinanciadas e US\$ 81,9 milhões de dívida externa.

- Ceará — tem uma dívida contratual de US\$ 625,1 milhões, um débito já refinanciado de US\$ 460,9 milhões, US\$ 32,5 milhões de dívida mobiliária e US\$ 81,9 milhões de dívida externa. No total, o estado do Ceará deve US\$ 1,2 bilhão;

- Maranhão — US\$ 897 milhões de dívida contratual, US\$ 342,5 milhões de dívida refinanciada e US\$ 390 milhões de dívida externa. Não tem dívida em títulos.

- Mato Grosso do Sul — além de uma dívida contratual de US\$ 594,5 milhões, o estado deve ainda US\$ 269 milhões no exterior e US\$ 82,5 milhões em títulos. A dívida refinanciada é de US\$ 225,2 milhões.

- Os demais estados têm as seguintes dívidas objeto da rolagem: Piauí, US\$ 539,1 milhões (dívida contratual, ou seja, com instituições financeiras federais); Amazonas, US\$ 615,9 milhões; e Pará, US\$ 457,9 milhões.